

ENSINO DECOLONIAL AOS EDUCADORES DO CAMPO: UMA PERSPECTIVA DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFPR

DECOLONIAL TEACHING TO RURAL EDUCATORS: A PERSPECTIVE FROM THE DEGREE COURSE IN RURAL EDUCATION AT UFPR

Luiza Breis¹

Resumo

Este artigo pretende analisar a proposta do Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LeCampo), da Universidade Federal do Paraná, enquanto ferramenta de ensino-aprendizagem decolonial aos educadores do campo. A metodologia utilizada foi a de pesquisa teórica, descritiva-exploratória, realizada a partir da reflexão crítica sobre a temática apresentada. Buscou-se demonstrar o caráter decolonial do curso, fundamentado em aspectos históricos, pedagógicos e socioculturais, possibilitadores do diálogo de saberes das comunidades do campo ao saber científico-acadêmico, que estruturam a ruptura com a lógica da modernidade capitalista e colonial. O texto foi redigido e organizado em quatro capítulos, que perpassam uma breve contextualização do início dos estudos decoloniais na América Latina, a LeCampo enquanto curso de graduação superior e sua inserção ao debate decolonial, e ainda as características do regime de alternância e como este regime interfere também no posicionamento político, identitário e pedagógico do curso. Compreendeu-se que o curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal do Paraná, trabalha conceitos e fundamentos firmantes aos estudantes, que atuarão como educadores nas escolas do campo multiplicando o pensamento decolonial, bem como fortalecimento a emancipação do pensamento eurocêntrico através do fortalecimento do vínculo e da aceitação da identidade latino-americana, além da compreensão das profundas marcas históricas deixadas neste povo pela tentativa de apagamento de sua forma de existência.

Palavras-chave: Colonialidade; Processos educacionais; Latino-américa.

Abstract

This article aims to analyze the proposal of the Pedagogical Project of the Degree Course in Rural Education (LeCampo), of the Federal University of Paraná, as a decolonial teaching-learning tool for rural educators. The methodology used was that of a theoretical, descriptive-exploratory research, carried out from a critical reflection on the theme presented. The aim was to demonstrate the decolonial character of the course, based on historical, pedagogical, and sociocultural aspects, which enable the dialogue between the knowledge of the rural communities and the scientific-academic knowledge, structuring a rupture with the logic of capitalist and colonial modernity. The text was written and organized in four chapters, which include a brief contextualization of the beginning of decolonial studies in Latin America, the LeCampo as an undergraduate course and its insertion in the decolonial debate,

* **Artigo Original:** Recebido em 18/10/2021 – Aprovado em 18/11/2021.

¹ Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil. e-mail: luizabreis31@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3567-0963>

and also the characteristics of the alternating cycle regime and how this regime also interferes in the political, identity, and pedagogical positioning of the course. It was understood that the Undergraduate Course in Rural Education at the Federal University of Paraná works with firm concepts and foundations for the students, who will act as educators in rural schools, multiplying the decolonial thought, as well as strengthening the emancipation of the Eurocentric thought by strengthening the bond and the acceptance of the Latin American identity, besides the understanding of the deep historical marks left in this people by the attempt of erasing their way of existence.

Keywords: *Coloniality; Educational Processes; Latin America.*

1 Introdução

Nos últimos anos, a educação no Brasil tem sido ameaçada de diversas formas, notadamente nos cortes dos investimentos em educação, como através da onda de negacionismo e dúvidas frente aos fatos apresentados pela ciência através do constante trabalho das pesquisadoras e dos pesquisadores. Ademais, pode-se observar a falta de apoio por parte do governo atual, que não compreende a educação como possibilidade de ascensão social e humana, e desta forma não assegura o acesso e a permanência dos sujeitos à educação.

Em uma perspectiva de cortes e desmotivações, um número expressivo de estudantes são afetados. Tendo essa concepção firmada, cabe pontuar que dentro desta situação, existem sujeitos ainda mais afetados que os demais, como os sujeitos do campo em detrimento aos moradores de zonas urbanas. Isto porque, o acesso às políticas públicas e a garantia dos direitos constitucionais são muitas vezes reservados aos espaços urbanos, suprimindo o acesso dos camponeses a espaços, programas e políticas públicas que lhes são direito firmado por lei.

O atual sistema educacional brasileiro revela diversas expressões da questão social que afetam a população em vulnerabilidade socioeconômica. Cabe aqui traçar uma importante reflexão, uma vez que o Brasil está localizado no continente latino-americano e que as questões e desafios postos aqui são historicamente intensos e enraizados desde a colonização. É nessa realidade que deve-se garantir a busca na construção e permanência de processos educativos ligados à valorização da cultura e dos saberes tradicionais, que rompem com o colonial, intensificando a identidade dos sujeitos e possibilitando a emancipação no campo social e político.

A Educação do Campo, como processo educacional singular da população camponesa, carrega então arduamente avanços no campo para as pessoas que permanecem no campo, que retratam a luta e a resistência contra o sistema capitalista, que historicamente subordinou o rural ao urbano, criando a falsa imagem de que o rural está eternamente fadado ao atraso. Esta imagem está ligada à influência que a classe dominante, formada pelos que dominam os meios de produção, interfere e impõe sobre a classe dominada, a maior parte da população que vende sua força de trabalho, ou ainda os subjugados pela classe dominante, expostos e condicionados à exploração social, cultural e econômica.

Sob esta perspectiva, o objetivo deste artigo é demonstrar o caráter decolonial do curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal do Paraná, como ferramenta de ensino decolonial aos educadores do campo, fundamentado em aspectos históricos, pedagógicos e socioculturais, que possibilitam o diálogo de saberes das comunidades do campo ao saber científico-acadêmico, e desta forma estruturam a ruptura com a lógica da modernidade capitalista e colonial. Para tal demonstração, buscou-se analisar a Proposta Pedagógica Curricular (PPC), através de uma metodologia pautada na pesquisa teórica, descritiva-exploratória, realizada a partir da reflexão crítica sobre a temática do pensamento decolonial nos processos educacionais.

O artigo foi dividido em capítulos, que contextualizam o tema proposto. Inicia-se com a perspectiva decolonial no contexto educacional, explanando os primeiros estudos direcionados sob o olhar decolonial no continente latino-americano, traçando brevemente o processo de formação do grupo intitulado Modernidade/Colonialidade (M/C).

Adiante, no capítulo três, o texto abarca o curso de Licenciatura em Educação do Campo, com enfoque em seu processo de construção e delimitando ao PPC do curso de Licenciatura em Educação do Campo ofertado e sediado pela universidade Federal do Paraná, setor Litoral, localizado em Matinhos/PR (UFPR, 2012).

No capítulo quatro, tratou-se de caracterizar a condição de oferta do curso enquanto regime de alternância. Optou-se por definir o este regime, e posteriormente analisar sua interferência ao pensamento decolonial.

Por fim, a construção deste artigo se finaliza na apresentação do entendimento de que o curso em tela se caracteriza de fato como instrumento de inserção e capacitação dos educadores do campo em estudos decoloniais e por fim, inserção desta temática nas escolas do campo, uma vez que esses educadores serão multiplicadores deste conhecimento, assim como foi relatado ao decorrer do texto.

2 A perspectiva decolonial no contexto educacional

O debate sobre o pensamento decolonial é muito recente no Brasil, sendo um debate que se pauta, entre outros desdobramentos, nas problemáticas que surgem entre a educação e as diferenças culturais dos povos. O debate está presente em diversas pesquisas no Brasil e nos demais países do continente latino-americano, em diversos campos do conhecimento, evidenciado na área da educação.

As reflexões acerca da decolonidade trazem questionamentos sobre as hierarquias sociais e sobre as perspectivas que excluem outras visões, que contam a história do ponto de vista das classes mais altas, ou seja, da burguesia. Por si só, essa concepção já possibilita compreender que o estudo decolonial abre o caminho para que a voz daqueles que tiveram sua história apagada, seja finalmente escutada e respeitada.

Este posicionamento e início dos estudos decoloniais se torna possível através do chamado ‘giro decolonial’, que para Ballestrin (2013, p. 105), significa “o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade”. Ele busca, ainda, promover a descolonização dos efeitos coloniais sobre classe, gênero, etnia e sexualidade (BELLO, 2015, p. 54).

Cabe contextualizar, mesmo que de forma breve, que o giro decolonial foi o nome dado a proposta de estudiosos latino-americanos e americanistas, que formaram um grupo intitulado Modernidade/Colonialidade (M/C), que iniciou com uma releitura sobre a história da formação histórica, cultural e socioeconômica da América Latina. Ainda que existam registros do grupo M/C nos anos 1990, foi apenas nos anos 2000 que o grupo foi concretizado. Nas produções de resgate da história latino-americana, evidencia-se a eterna submissão latino-americana aos interesses externos, em detrimento ao seu próprio funcionamento e bem-estar de sua população. Por isto, acreditar que vivemos em uma “era pós-colonial”, desprovida de relações de poder é um mito eurocêntrico para se encarar a descolonização como prática irrelevante (GROSFOGUEL, 2008, p. 128).

A presença do debate decolonial na educação é fruto da compreensão de que a introdução dos valores do colonizador nas mentes dos povos inferiorizados no sistema educacional, interfere diretamente na construção e no reconhecimento da identidade dos povos. A estratégia de não gerar questionamento nos estudantes e de silenciar a história de seus próprios ancestrais, serve para a manutenção da colonialidade do pensamento. Nesse sentido, importar teorias estrangeiras para compreender a realidade da América Latina limita a compreensão a um pensamento eurocêntrico, que coloca o continente latino-americano como subalterno, dependente de ‘forças externas’ e ainda, inferior culturalmente socialmente e economicamente. Todos esses pontos, obviamente são analisados por uma ótica capitalista, e nesse contexto a América Latina tem o único papel de ser subserviente aos demais continentes, principalmente à Europa.

Uma das consequências de um período tão vasto de subalternização, é o pouco espaço na produção científica do Brasil. Este fato faz com que seja necessário resgatar a história de formas diversas, não dependendo apenas daquilo que estava posto como a verdadeira história, o que servia de referência para contar a formação do continente latino-americano. A construção do pensamento decolonial e os estudos nele embasados fazem parte do movimento de resistência que é decolonizar o pensamento, um processo que é longo e deve ser constante.

O decolonialismo se trata de uma constante luta política e epistêmica, que grita de dentro da alma

latina a fim de “conceder voz às narrativas oriundas de experiências históricas vivenciadas localmente pelos povos subalternizados na situação colonial” (NOGUERA, 2014, p. 23), como se observa na contação da história brasileira.

3 A licenciatura em educação do campo

Dialogando diretamente com o pensamento decolonial, o curso de Licenciatura em Educação do Campo tem como proposta central, promover a formação de camponeses como educadores, buscando ampliar e democratizar o acesso à educação superior brasileira, bem como fortalecer as comunidades rurais, majoritariamente invisibilizadas, e profissionalizar camponeses, potencializando-os a se juntarem à luta dos movimentos sociais pela reivindicação do direito à educação no local onde residem.

A invisibilidade dada à população do campo pela classe dominante se demonstra como mais um mecanismo de inferiorização destas pessoas, desvalorizando seus saberes, suas culturas e ancestralidade, e as obrigando a adentrar em um sistema que não as suporta e que reforça as estruturas fundiárias coloniais, nitidamente excludentes.

Diante desta realidade, a Licenciatura em Educação do Campo se demonstra uma ferramenta possibilitadora da construção e troca de conhecimento aos povos camponeses, possibilitando e assegurando o protagonismo e a participação de pessoas do campo em todo o processo educacional dos estudantes do campo. A Educação do Campo pode ser definida como um fenômeno sócio-político, educacional e cultural brasileiro (CALDART et al., 2012), que pauta-se na busca por um novo modelo societário, econômico e social, que rompe com as relações sociais e econômicas pautadas no pensamento colonial, que submete os dominados/colonizados a um ciclo contínuo de inferioridade.

Frente ao apagamento das comunidades do campo e suas lutas, o curso de Licenciatura em Educação do Campo caminha na direção destes povos, visando possibilitar não apenas uma reflexão sobre seu modo e condição de vida, mas incentivando e propondo a construção coletiva de outro modelo de sociedade sustentável, que agregue todos os jeitos de viver, dando espaço aos que hoje

são tidos como os invisíveis, como relatado por Souza e Amaral (2009, p. 3):

[...] os invisíveis são os homens e as mulheres que não têm a possibilidade - uma vez que lhe é negada - de ter a identidade reconhecida fora de seus grupos e comunidades de origem, encontrando-se oprimidos pelo desrespeito à sua relevância histórica, social ou cultural. Essa postura desrespeitosa minimiza sua existência e torna desvalida uma parte significativa da sociedade, que é colocada à margem de decisões cujo alcance político lhes garantiria direitos que não podem usufruir plenamente em sua cidadania.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná - Ciências da Natureza, juntamente aos movimentos sociais, reforça e caminha para um projeto de decolonização do ensino, tanto do ensino básico nas escolas, como da decolonização do ensino superior nas universidades. O curso rompe com a hegemonia do pensamento ocidental moderno, que é sustentado por ideias patriarcais, capitalistas, e dessa forma, excludentes e seletivas. Pensar na pedagogia decolonial vivenciada no processo formativo do curso de Licenciatura em Educação do Campo, e consequentemente na atuação profissional dos educadores junto aos estudantes do campo, é possibilitar a visão crítica da construção da desumanização dos cidadãos subalternizados e compreender as relações da geopolítica e suas consequências reais à sociedade colonizada.

A concepção de Educação do Campo de Fernandes e Molina (2004, p. 37) a configura como um novo paradigma, que rompe com a noção de educação rural, que tem como referência básica o produtivismo, ou seja, o campo como mero lugar de produção de mercadorias e não como ambiente de vida. Eles acrescentam que o movimento por uma Educação do Campo recusa essa visão e concebe o campo como espaço de vida e resistência, onde camponeses lutam por acesso e permanência na terra e para edificar e garantir seus modos de vida de respeito às diferenças quanto à relação com a natureza, o trabalho, a cultura e suas relações sociais. Um princípio da Educação do Campo é que os sujeitos da educação são sujeitos

do campo: pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, pescadores, camponeses, assentados e reassentados, ribeirinhos, povos de florestas, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, bóias-frias (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 37).

Para compreender a realidade da abrangência deste projeto, buscou-se dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), que relatou que 15,28% dos brasileiros vivem em áreas rurais. Ainda, as mulheres representam 47,8% dos sujeitos que vivem no campo, em um universo de aproximadamente 15 milhões de pessoas, e comprovadamente grande parte destas pessoas não têm acesso a direitos constitucionais, como saúde e educação.

Cabe também ressaltar que a ideia central de decolonização do ensino, permite o ato de repensar sobre as estruturas preconceituosas e limitadas da sociedade: como o machismo e o sexismo. A partir da organização e luta dos movimentos sociais do campo, que resultaram no processo de implementação dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, possibilitou-se o aumento da escolaridade feminina no campo, dando espaço também ao protagonismo feminino de mulheres camponesas antes desacreditadas e impossibilitadas de romper a realidade estrutural machista e sexista da sociedade como um todo, também evidenciada nas relações sociais no campo.

Este protagonismo das e dos camponeses é um fruto do projeto político do curso de Licenciatura em Educação do Campo, construído em pilares que sustentam um projeto educacional e emancipador, que permite a lapidação de uma visão crítica dos educadores. Para Molina (2008) o projeto político da educação do campo rompe a limitação de um projeto educativo, demonstrando-se como uma perspectiva de transformação para a sociedade brasileira como um todo. Ainda conforme a concepção de Molina e Sá (2011), a Licenciatura em Educação do Campo procura formar educadores capazes de compreender as contradições econômicas, sociais e culturais e, a partir disso, construir instrumentos de enfrentamento e superação dessas condições.

Reconhecer o processo intenso de transformação econômica, social e cultural no meio rural, liderado pelo neoliberalismo, é fator determinante para compreender a situação atual do campo. Os

novos arranjos econômicos determinam a regra da eficiência produtiva em detrimento ao direito humano à alimentação adequada, que consiste no acesso físico e econômico de todas as pessoas aos alimentos e aos recursos, como emprego ou terra. As produções artesanais são engolidas pela produção mecanizada, que se torna hegemonia e exige investimentos altíssimos, inacessíveis aos pequenos produtores que são transformados nos marginais do sistema econômico vigente. A Revolução Verde e a transformação das áreas rurais em espaços do agronegócio, fizeram com que fossem necessários grandes investimentos econômicos, motivo pelo qual muitos agricultores renunciaram ao seu modo de vida, rumando para os centros urbanos a fim de buscarem melhores condições de vida. A Indústria Cultural, ao legitimar determinados modos de viver como corretos e aceitáveis, produziu epistemicídios culturais (SANTOS, 2009).

Ao mesmo tempo toda a cultura das comunidades rurais, que é o meio de empoderamento dos povos do campo, é constantemente esquecido, tendo seus saberes tradicionais ignorados, ridicularizados e excluídos pela Indústria Cultural, que se limita a visão urbanocêntrica. Isso acarreta na perda de identidade das classes oprimidas, que não sofrem apenas uma opressão econômica mas também cultural. A Indústria cultural dita um modo de compreender e ver o mundo que ignora a educação, arte e cultura popular campesina, afetando não apenas na falta reconhecimento do sujeito do campo frente a grande mídia, como também na superestimação do modo de viver nela imposta.

Nessa perspectiva, acredita-se que os educadores do campo no exercício profissional deparam-se com novos desafios, no que concerne a Emancipação dos Sujeitos e as possibilidades de permitir o desenvolvimento de uma consciência crítica dos estudantes. A emancipação do sujeito exige romper com a perspectiva fatalista da história (FREIRE, 1988) e para tanto é necessário que se desenvolva nos sujeitos a capacidade de realizar uma leitura crítica da realidade, questionando o que está posto e se compreendendo como autor da história e cultura para então se posicionar contra o declínio das imposições feitas pela sociedade e pelo Estado.

O rompimento com o processo educativo hegemônico, moldado para suprir as demandas do mundo capitalista, permite que a Educação do Campo não se limite à concepção escola-centrada,

mas aconteça nos mais diversos espaços de convívio social. Nessa perspectiva, a ideologia liberal que vê a escola como único espaço de formação é desconstruída e vencida pela certeza de que todos os movimentos anteriores e posteriores à ida a escola, como o convívio familiar, as construções de relações com a comunidade e com a sociedade em geral, são espaços de formação humana de forma ampla, perpassando a educação formal.

Decolonizar a educação é também de fato vencer um modo de educação ligado a política sociocultural do genocídio que afeta mulheres, pretos e pretas e a população LGBTQIA+.

4 A pedagogia de alternância e a educação decolonial

Na perspectiva de compreensão do curso de Licenciatura em Educação do Campo como potente ferramenta de ensino decolonial aos educadores do campo, faz-se necessário explicar que o processo educacional fundamentado na pedagogia da alternância é um método que busca a interação entre o estudante que vive no campo e a realidade que ele vivencia em seu cotidiano, de forma a promover constante troca de conhecimentos entre seu ambiente de vida e trabalho e o escolar. Estes estudantes, por sua vez, fazem parte de populações em vulnerabilidade frente às desigualdades sociais no Brasil e as variadas expressões da questão social vivenciadas pelos estudantes das populações do campo, sendo eles: “os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural” (BRASIL, 2010).

O contexto em que o curso de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências da Natureza da Universidade Federal do Paraná passa a existir é fundamentado no trabalhos desenvolvidos pela comunidade acadêmica com as comunidades do litoral do Paraná atingidas pelos desastres naturais de março de 2011, quando fortes chuvas atingiram sobremaneira todo o litoral do Paraná e o mantiveram isolado do restante do Estado do Paraná, levantou-se a ideia de formação de um Centro Vocacional Tecnológico, por parte dos projetos de assistência. Após um processo de construção, ajuste

e aprimoramento da proposta e de submissão e aceite da mesma pelo Pronacampo, em 20 de setembro de 2012 iniciou-se o processo de construção coletiva do curso na “Pré-Conferência da Educação do Campo do Litoral Paranaense”, conforme atesta o PPC (2012) do curso, e foi entre os anos de 2014 e 2015, que a Licenciatura em Educação do Campo foi finalmente aprovada para ser implementada na Universidade Federal do Paraná, como curso pautado no regime de alternância, que segundo Jesus (2010):

A alternância ajuda o aluno a conhecer e valorizar o seu modo de vida, a cultura local e despertar a consciência crítica, ampliando seus conhecimentos. A escola é o espaço da reflexão teórica e de aprofundamentos das questões relevantes de interesses dos alunos e das famílias. O tempo de permanência do aluno no espaço familiar e na comunidade é o momento para confrontar a teoria com a prática, pesquisar, realizar experimentação de novas práticas, troca de experiências, trabalho e indagações. Ou seja, desse ponto de vista, a formação na alternância é contínua (JESUS, 2010, p. 10).

O curso forma educadores habilitados para atuar na área de conhecimento Ciências da Natureza. Segundo seu PPC (2012, p. 14), o curso tem como objetivo:

Formar educadores e educadoras para atuar no segundo segmento Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos comprometidos com os princípios da Educação do Campo e o desenvolvimento social sustentável, a partir da identificação das demandas (pesquisa aplicada) para comporem a lógica curricular e legitimar o empoderamento das comunidades locais, fundamentada na democratização da ciência e tecnologia.

A luta pela expansão e manutenção dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo é diretamente ligada à luta pela permanência das escolas rurais, com constante monitoramento dos índices de fechamento, bem como da precarização das estruturas físicas e das condições de trabalho do corpo docente, compreendendo este espaço não apenas como espaço de desenvolvimento pedagógico, como também de resistência, responsável por manter e valorizar a identidade de cada comunidade, através de atividades que permitem relações entre os conhecimentos tradicionais e o conhecimento científico e do significado que a escola representa para a comunidade em que está inserida.

A proposta de ensino deste curso permite que o estudante, que se tornará um educador do campo, vivencie a realidade de sua comunidade e consiga conciliar a dualidade do universo acadêmico ao dia-a-dia do campo. Isso porque, na educação do campo acredita-se que todos os processos devem não apenas ser vivenciados, como também serem construídos por indivíduos do campo.

Desta forma, os estudantes que passam um período na universidade, retornam às suas comunidades com conhecimento acadêmico que na prática das Escolas do Campo, conversa com os saberes tradicionais do povo campestre. Esta metodologia tempo-escola e o tempo-comunidade, valoriza a identidade campestre através da flexibilização dos tempos de aprendizagem dos graduandos.

A pedagogia de alternância é em sua gênese a materialização da Desobediência Epistêmica do povo campestre, resistindo as amarras impostas pelo modelo urbanocêntrico e capitalista que não reconhece o modo de viver das comunidades do campo e cada vez mais o impossibilita através da expansão exacerbada do agronegócio e das cicatrizes que o mesmo traz ao solo, às águas, às pessoas dos espaços urbanos e rurais, à toda a mãe-terra.

5 Considerações finais

O texto traz uma breve reflexão sobre a estrutura do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná, como ferramenta de ensino decolonial aos educadores do campo, através da Desobediência Epistêmica proposta pelo Projeto Pedagógico do curso.

A metodologia do curso abrangido neste texto permite através da Pedagogia da Alternância, que haja verdadeiramente uma valorização das identidades campestres no fazer pedagógico das Escolas do Campo, além do fazer pedagógico das universidades que oferecem estes cursos.

As lutas históricas dos povos campestres revelam a força destes povos em resistir contra a força oposta que tenta constantemente os invalidar e subalternizar pela lógica colonial, tentando impor o retrocesso ao sentido contra-hegemônico traçado. O campo é de fato um local de desobediência histórica de resistência, e o Movimento de Educação do Campo é o ambiente contemporâneo de busca por espaços que permitam a produção de novas desobediências, a fim de construir a fundação de um novo sistema social e econômico que converse com a realidade cultural brasileira, que a respeite e celebre.

Neste sentido, fica evidente que a Licenciatura em Educação do Campo tem um caráter potente não apenas de busca, como de construção de um novo projeto societário, epistemológico, político, cultural educacional, que rompe com aquilo que é imposto pelo urbanocentrismo.

O presente, ao menos da Educação do Campo, é Decolonial. Ele transgredir a lógica Moderna e Colonial de produzir e validar sentimentos, crenças e saberes. Considero ainda que a potência da Licenciatura em Educação do Campo se consolida na estreita relação entre a realidade de vida dos trabalhadores rurais, o trabalho e a educação. Os referenciais teóricos marxistas e os elementos da pedagogia popular presente no curso, apontando a “luta social” e a “organização coletiva” como eixos formativos permitem observar na prática que a organização dos sujeitos pela luta e resistência é capaz de construir espaços de interação que garantem a justiça social, a equidade e a constante vigilância para que as raízes culturais não venham ser silenciadas em detrimento do pensamento imposto pela colonização e sustentado atualmente pelo sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção e sua operação que visa tão somente os fins lucrativos.

Referências

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 2, p. 89-117, 2013.

BELLO, Enzo. O pesamento descolonial e o modelo de cidadania no novo constitucionalismo latino-americano. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, v. 7, n. 1, p.49-61, 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, 2010.

CALDART, R.; PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/dicionario-da-educacao-do-campo>>

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. Azevedo de. **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1988.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>>

JESUS, J. N. **A pedagogia da alternância e o debate da educação no/do campo no estado de Goiás**. Goiânia, 2010.

MOLINA, M. C. A constitucionalidade e a justicialidade do direito à educação dos povos do campo. In: SANTOS, C. A. **Educação do Campo, Políticas Públicas, Educação**. Brasília: INCRA/MDA/NEAD, 2008.

MOLINA, M.; SÁ, L. M. (Orgs.). **Licenciaturas em educação do campo**: registros e reflexões a partir das experiências-piloto (UFMG; UnB; UFBA E UFS). Belo Horizonte: Autêntica, 2011. Coleção Caminhos da Educação do Campo, v. 5.

NOGUEIRA, R. **O ensino de filosofia e a lei 10.639**. Rio de Janeiro: Pallas: Biblioteca Nacional, 2014.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedinas, 2009.

SOUZA, P. C. A; AMARAL, D. M. Caminhando com os Invisíveis: a pesquisa em processos educativos e práticas sociais. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 3, n.1, p.96-113, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR. **Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Licenciatura em Educação do Campo - UFPR Litoral**. Matinhos, 2012. Disponível em: <www.litoral.ufpr.br/portal/lecampo>